Consulta Pública
Propostas de PDIR-G - 2024

A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos colocou em consulta pública as propostas de PDIR-G apresentadas pelo grupo Floene e pelas empresas REN Portgás e Sonorgás.

O Grupo Dourogás, parceiro ao longo de duas décadas neste processo de construção de programas e planos de desenvolvimento de infraestruturas de gás, não poderia deixar e participar.

Assim, remete as suas considerações sobre as questões que a própria ERSE formula nos documentos de suporte à mesma Consulta Pública.

Questão 1- Considera que estas propostas de PDIRD-G contribuem para o cumprimento das políticas e metas do PNEC 2030 e do RNC 2050?

Resposta: As propostas apresentadas pela Floene, Portgás e Sonorgás encaixam na natureza da sua existência enquanto concessionárias e licenciadas no território continental.

O grande projeto de fazer levar o Gás Natural ao território, iniciado na década de 1990, foi pensado e concretizado tendo em conta uma realidade nacional e internacional muito diferente da atual.

O país tem hoje uma das mais modernas redes de gás que deve ser vista na perspetiva da sua utilização, rentabilização e benefício para a economia e o ambiente.

As mudanças que se concretizaram na última década, permitiram aceitar que o gás natural era um contributo essencial para a descarbonização, ao mesmo tempo que era relevantíssimo para a economia e em especial para o setor industrial. Em Portugal, foi agregado a este universo de pressupostos o valor do desenvolvimento regional que permitiu aos territórios de menor densidade acederem a uma energia mais barata.

O debate ambiental foi construído, nos últimos anos, a partir de uma ideia errada – o gás natural, por ser um combustível fóssil, deveria ser um alvo a abater. E foi mesmo o principal alvo a abater, uma vez que as grandes companhias elétricas implicaram governos e opinião pública numa visão exclusivista da eletrificação da economia e da sociedade.

A questão que se coloca é esta – pode um país, na sua perspetiva de soberania e segurança, estar exclusivamente dependente da eletrificação? Não será adequado conceder aos gases, primeiro num *mix* com o gás natural e em transição, um papel central para a valorização dos recursos, a criação de uma nova realidade comercial e para a valorização da economia circular?

Os grande objetivos das políticas para a energia e clima levaram o nosso país a reduzir as emissões em 55% até 2030. No mesmo sentido, as renováveis passaram a ter como objetivo 49% do consumo final bruto de energia, mantendo-se, por implicação do crescimento do consumo, em 65% a (não) dependência energética.

Para o que nos interessa, nesta análise dos PDIRG, é exatamente o universo do gás, já não Gás Natural, decorrência da mudança de paradigma que a legislação que regula hoje o sistema impõe.

Será possível passar, em 2030, para 1.4 GW através da biomassa e do biogás no universo da produção de eletricidade, quando temos todo um campo de oportunidades na transformação e biogás em biometano e que pode potencializar o dobro do valor?

Esse é o grande desafio que as entidades públicas precisavam de determinar.

O nosso país tem uma capacidade de produção de biogás muito significativa e, por isso, uma enorme capacidade de produção de biometano. Para além da sua valorização no transporte pesado, que tarda, é muito relevante que possa acontecer o que já é uma realidade em muitos países da Europa, a determinação de uma rede nacional de plantas de biometano. Ao mesmo tempo, importa que se tenha uma visão completa e urgente da capacidade de introdução de hidrogénio nas redes de gás, fazendo com que tenhamos, até 2030 e só com o que é produzido no país, 60% do consumo industrial e doméstico de gás através de fontes renováveis.

Questão 2 - Identifica algum aspeto em que considere que as atuais propostas de PDIRD-G possam ser melhoradas, em termos de alinhamento com os objetivos de política energética e definidos para 2030? Se sim, quais?

Resposta: As propostas de PDRIG assentam numa matriz tradicional que a ERSE vem definindo ao logo do tempo. Em boa verdade, compete às

empresas um exercício muito claro – o equilíbrio económico da concessão/licença.

Para que as empresas possam avançar nos desafios que se colocam, interessa que a ERSE possa modelar as suas bases de análise, possa determinar novas variantes de custos aceites e, principalmente, possa ajudar a determinar uma nova fase para o universo do gás.

Por exemplo – Seria muito importante que a ERSE analisasse a possibilidade de agregação à REN das concessionárias e licenciadas e pudesse concluir, como aconteceu já em Espanha, que a partilha de inteligência, projetos e capital é muito benéfica para a construção do novo hidroduto. Poderia ser igualmente importante que a ERSE tivesse com o regulador das águas e resíduos uma determinação para o aproveitamento do biogás potencial existente para a produção de biometano e não para a produção de eletricidade. Igualmente, poderia a ERSE incentivar a partilha de uma mais avançada estratégia que visasse a beneficiação dos mercados de biometano com vista à crescente ocupação das redes por gases renováveis.

Este processo, lento quando comparado com os países do norte da Europa, não só daria um outro sentido económico à sustentabilidade das redes de gás, como permitia o seu incremento para novos territórios.

Questão 3 - Que informação considera relevante ser disponibilizada pelos operadores da RNDG, no curto-prazo, para efeitos de ligação de novas instalações de produção e injeção de outros gases nas redes?

Resposta: Os detentores de concessões e licenças podem ser agentes principais na identificação da rede nacional de plantas de biometano. No âmbito dos seus projetos de investimento não regulados podem ser ainda promotores de investimento em centrais de biometano e em unidades de hidrogénio.

Porém, não é da sua natureza, pelo impacto da regulação em que o investimento é limitado e os custos são apertados ao máximo, serem eles os motores dos novos negócios que se apresentam.

Para que assim possa acontecer, as concessionárias e licenciadas devem ser autorizadas a promover uma nova era de investimentos, criando ligações a unidades produtoras que possam descarbonizar partes do território de forma progressiva.

Por outro lado, a ERSE não pode ter uma leitura meramente financeira do setor. Deve implicar o Governo no sentido de uma outra atitude na utilização do Fundo Ambiental e nas verbas dos Fundos Europeus que impeçam a

implicação nas tarifas do peso da política pública de descarbonização/adequação das redes.

Por último, como se disse atrás, interessa que os planos para a economia circular sejam mesmo relevantes, assumam uma importância tão decisiva como o PNEC na análise da política energética e regulatória.

Questão 4 Considerando as orientações de política energética e climática, quer a nível nacional, quer a nível europeu, assim como a evolução perspetivada da procura de gás, como avalia, numa ótica de médio/longo prazo, a estratégia de investimento constante das propostas de PDIRD-G 2024?

Resposta: Se o país continuar a ter uma visão exclusivista assumida pela eletricidade cria dois problemas: 1º em situação de catástrofe não tem solução alternativa; 2º desaproveita o investimento feito nos últimos 25 anos em modernas redes de gás, das melhores da europa, não lhes atribuindo qualquer futuro.

Ora, nem os portugueses podem aceitar a não previsão do risco, nem habitam num país rico e que se pode dar ao luxo de fazer esquecer as suas redes de transporte e distribuição de gás.

Por outro lado, o peso do GPL (gás propano e butano) na nossa economia é excecionalmente alto, situação que poucos relatórios querem analisar.

Por exemplo – o Algarve é uma região onde o gás propano a granel é a energia rainha na indústria e nos serviços e o gás butano engarrafado abastece uma enorme percentagem de consumidores domésticos. A eletrificação terá custos muito relevantes para o sistema e para a economia. A existência de gás natural em três concelhos indica que a boa decisão é a autorização para a abertura de novas licenças, estas na perspetiva já não exclusivista do Gás Natural, mas na ótima das redes descarbonizadas a partir do hidrogénio, do biogás localmente produzido e da importação de biogás.

Assim, as concessionárias e licenciadas, mais do que serem motores de mudança, que sempre foram, precisam de garantias de que há um caminho, de que o país sabe para onde ir.

O papel da ERSE ao longo da sua existência foi sempre o da inovação e o da vanguarda. Estamos numa fase em que essa inovação e essa vanguarda também são relevantes para o setor dos gases renováveis e para a progressiva libertação do Gás Natural, energia que vai continuar a ser, em todo o mundo, a transição para as metas assumidas pela União Europeia.

Resposta em 15 de julho de 2024

Dourogás SGPS (Dourogás Propano, Dourogás Líquido, Dourogás Renovável, Dourogás GNV, Dourogás Natural)